

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.894 - MG (2019/0300911-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : MATHEUS AUGUSTO DUARTE RIBEIRO (PRESO)
ADVOGADO : SARATIELLI MILENA AVELINO LEMOS - MG178228
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por MATHEUS AUGUSTO DUARTE RIBEIRO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante, em 21/6/2019, pela suposta prática do delito previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006 (e-STJ fl. 66), pois foram apreendidos na sua residência **5,9g (cinco gramas e nove decigramas) de maconha**, além de 2 aparelhos celulares e dinheiro em espécie.

Impetrado *habeas corpus* na origem, a ordem foi denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 124):

HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS – PRISÃO PREVENTIVA – REVOGAÇÃO – INVIABILIDADE – PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ARTIGO 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – PRISÃO FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA – CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS – INSUFICIÊNCIA – PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA – COMPATIBILIDADE COM A PRISÃO PREVENTIVA – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. Não há ilegalidade na decretação da prisão preventiva quando demonstrado, com base em fatos concretos, que a segregação é necessária para acautelar a ordem pública, diante do risco de reiteração delitiva. É consolidado o entendimento de que as condições pessoais favoráveis e o princípio da presunção de inocência, por si sós, não obstam a manutenção da prisão preventiva.

No presente recurso, alega a defesa ausência de fundamentação idônea a embasar a segregação preventiva, ressaltando as características pessoais favoráveis do recorrente, tendo em vista "que não ostenta antecedentes criminais e reincidência" (e-STJ fl. 140). Afirma que "a conduta descrita no APFD, a quantidade ínfima de drogas (três

Superior Tribunal de Justiça

buchas de maconha – resquícios), demonstram a ocorrência do crime de uso de drogas, previsto no artigo 28 da Lei 11.343/06" (e-STJ fl. 139).

Sustenta, ainda, desproporcionalidade entre a medida cautelar e a eventual pena a ser aplicada, asseverando que "é absolutamente DESPROPORCIONAL A MANUTENÇÃO DO PACIENTE EM CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA, ESTABELECIMENTO NOTORIAMENTE INSALUBRE E USUALMENTE SUPERLOTADO, não podendo se desprezar, na análise sobre a necessidade e proporcionalidade da prisão, o caos carcerário observado em todo o Brasil" (e-STJ fl. 143).

Requer, liminarmente e no mérito, a soltura do paciente, com ou sem aplicação de cautelares alternativas.

É, em síntese, o relatório.

Com efeito, em juízo de cognição sumária, visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Esta Corte é firme na compreensão de que a prisão cautelar do réu é medida dotada de excepcionalidade, cabível apenas quando demonstrada, em decisão fundamentada, a premente necessidade do resguardo à ordem pública, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. Confira-se:

HABEAS CORPUS. APROPRIAÇÃO INDÉBITA. AUMENTO DE PENA EM RAZÃO DE OFÍCIO. DECRETO PREVENTIVO. ART. 312 DO CPP. *PERICULUM LIBERTATIS*. MEDIDA DESPROPORCIONAL. ADEQUAÇÃO E SUFICIÊNCIA DE CAUTELARES DIVERSAS. ORDEM CONCEDIDA.

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas -, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. A seu turno, a custódia preventiva somente se sustenta quando, presentes os requisitos constantes do art. 312 do Código de Processo Penal, se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas

cautelares diversas da prisão.

3. O decreto preventivo não está motivada, em juízo de proporcionalidade, a manutenção da paciente sob o rigor da medida cautelar extrema. A conversão do flagrante em custódia provisória fundou-se na afirmação de que "o acusado, sem trazer qualquer comprovação de residência e trabalho lícito, informa endereço no qual já foi procurado e não encontrado". Embora o Juízo de Direito tenha apontado fundamento na gravidade concreta do fato, observo que, pelas condições pessoais e pelas circunstâncias do fato - embora grave, trata-se de crime sem violência - pode ser substituída a prisão por cautelas.

4. Ordem concedida para substituir a custódia provisória do paciente por medidas cautelares alternativas, sem prejuízo de fixação de outras que o prudente arbítrio do Juízo natural da causa indicar cabíveis e adequadas, bem como de nova decretação da prisão cautelar se efetivamente demonstrada sua concreta necessidade. (HC 462.889/MS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 01/10/2019, DJe 04/10/2019)

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. DESOBEDIÊNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. DESCLASSIFICAÇÃO. INVIABILIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. FUNDAMENTOS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. REITERAÇÃO DELITIVA. AUSÊNCIA DE MANIFESTA ILEGALIDADE. PARECER ACOLHIDO.

1. A prisão preventiva constitui medida excepcional ao princípio da não culpabilidade, cabível, mediante decisão devidamente fundamentada e com base em dados concretos, quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da medida extrema nos termos do art. 312 e seguintes do Código de Processo Penal.

2. A tese de desclassificação, além de demandar profundo reexame dos fatos e das provas que permeiam o processo principal, não demonstra o constrangimento ilegal.

3. No caso, a manutenção da constrição cautelar está baseada em elementos vinculados à realidade, pois as instâncias ordinárias fazem referências às circunstâncias fáticas justificadoras, destacando, além da grande quantidade de droga encontrada (aproximadamente 5,5 kg de maconha), o fato de os pacientes serem contumazes na prática delitiva, bem como a informação de que a fuga dos acusados, envolveu colisão com veículos e disparo de arma de fogo. Tudo a revelar a periculosidade in concreto dos agentes.

4. Não se revelam suficientes as medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

5. Ordem denegada. (HC 510.352/SC, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe

03/10/2019)

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. DECRETO DEVIDAMENTE MOTIVADO. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. APREENSÃO DE APROXIMADAMENTE 20G DE CRACK. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS À PRISÃO. PROPORCIONALIDADE, SUFICIÊNCIA E ADEQUAÇÃO. FIXAÇÃO QUE SE IMPÕE. PARECER MINISTERIAL PELA CONCESSÃO DA ORDEM.

1. Sabe-se que o ordenamento jurídico vigente traz a liberdade do indivíduo como regra. Desse modo, antes da confirmação da condenação pelo Tribunal de segunda instância, a prisão revela-se cabível tão somente quando estiver concretamente comprovada a existência do periculum libertatis, sendo impossível o recolhimento de alguém ao cárcere caso se mostrem inexistentes os pressupostos autorizadores da medida extrema previstos na legislação processual penal.

2. Na espécie, o decreto de prisão está devidamente motivado, pois destacou o Juízo de piso a gravidade em concreto do delito, revelada pela apreensão de 20g de crack em poder do paciente.

3. Todavia, a custódia cautelar é providência extrema que, como tal, somente deve ser ordenada em caráter excepcional, conforme disciplina expressamente o art. 282, § 6º, do Diploma Processual Penal, segundo o qual "a prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar (art. 319)".

4. Embora o édito prisional indique a necessidade da prisão cautelar, a imposição das medidas cautelares revela-se mais adequada e proporcional ao caso. Isso porque a quantidade de droga apreendida (20,6g de crack) não é indicativa, por si só, da periculosidade do paciente a ponto de justificar o encarceramento preventivo.

5. Ordem parcialmente concedida, confirmando-se a liminar, a fim de substituir a custódia preventiva do paciente por medidas cautelares diversas da prisão, as quais deverão ser fixadas pelo Juízo de primeiro grau. (HC 513.410/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/09/2019, DJe 25/09/2019)

No presente caso, Magistrado singular, ao decretar a prisão preventiva do recorrente, ressaltou que, "segundo consta, há várias denúncias noticiando que o flagrantado está traficando drogas há algum tempo na cidade de Alpinópolis/MG" e que "o flagrantado, embora tecnicamente primário, possui várias passagens criminais,

Superior Tribunal de Justiça

conforme CAC do mesmo" (e-STJ fl. 27):

Assim, verifica-se que a medida cautelar encontra fundamento na mencionada reiteração delitiva do recorrente. Entretanto, ao menos neste juízo perfunctório, vislumbro desproporcionalidade entre a medida extrema de prisão e o fundamento apontado, notadamente considerando a quantidade de droga apreendida. Assim, ao menos nesta etapa inicial, entendo suficiente, para o resguardo da ordem pública, a imposição de medidas cautelares alternativas, considerando a diminuta quantidade de droga apreendida (5,9g de maconha).

Ante o exposto, **defiro a liminar** para que o recorrente possa aguardar o julgamento do mérito do presente *habeas corpus* nas medidas cautelares alternativas a serem fixadas pelo Magistrado singular, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal, sem prejuízo de nova decretação da prisão em caso de descumprimento de medida cautelar imposta ou de fato novo que justifique a custódia antecipada.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, assim como ao Magistrado singular, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada sobre qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste recurso.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator